

Disposições, senão dispositivos

Carlos Eduardo Schmidt Capela¹

Começado sabe-se lá quando mas subsistente desde então, segue esse começo em redondilha, ao modo de uma seguidilha na qual a ressonância entre oeste e leste porventura contamine de norte a sul. E assim acalente a morte, oblíqua, suporte malquisto posto imprevisto, aventura do venturo.

456

Suíte cabralina

As *lives* nos aliviam
a parte delas cumprida.

Comprida não, que dispersa
melhor então comprimida:

aspirina cabralina
plena de ventos alísios

fímbria, fera poesia
isso que enfim delicia.

Faz falta não? Sim, muita faz
ou melhor, mais, faz demais.

Pena estar meio oprimida
nesse intervalo da vida

(morte e vida severina
noves fora cloroquina).

Ela na tela, papel
dela é dizer, afinal

¹ Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq.

o não dito ainda agora
nossa sã filosofia.

Pode tudo a atrevida
e se disse alguém duvida

porfia a prova aracnida
que mal não trouxe ao Cabral

das *Formas do nu, Serial*
mesmo em metro desigual –

A aranha passa a vida
tecendo cortinados
com o fio que fia
com seu cuspe privado.

Jamais para velar-se:
e por isso são ralos.
Para enredar os outros
é que usa os enredados.

Ela sabe evitar
que a enrede seu trabalho,
mesmo se, dela mesma,
o trama, autobiográfico.

457

E em muito menos tempo
que tomou em tramá-lo,
o véu que não a velou,
aí deixa, abandonado.

O poema aveza o um
que nem soma nem soçobra.

Um um sem sobra desova
seu perfil undecimal

igual sem igual de si
pai do igual desigual.

Mas tem os trecos também
desses que são vai-e-vem

e se há quem o conteste
trago a estrofe do *Agrestes*

para *Falar com coisas*
espalhadas por aí –

As coisas, por detrás de nós,
exigem: falemos com elas,
mesmo quando nosso discurso
não consiga ser falar delas.
Dizem: falar sem coisas é

comprar o que seja sem moeda:
é sem fundos, falar com cheques,
em líquida, informe diarreia.

Finda aqui a melopeia
quero-quero, panaceia

que se odisseia não é
dista de ser mera léria.

Mãos dadas nessa ciranda
siga a gente em cambulhada

pois se versar é preciso
prosar, amém, nada deve.

458

Improviso encerrado, com o apoio dos dois poemas nomeados (MELO NETO, 2003, pp. 322-323 e 555), é importante lembrar que todo fim traz, guardado em si como um tesouro, segredos de inícios, que por sua vez acenam com indícios de imponderáveis encerramentos. Vários decerto irrealizados, senão irrealizáveis, mas nem por isso inexistentes, em especial quando constituem sutis modalidades forjadas a partir do projecto ‘como se’. Perceber uns e outros demanda esforço, depende da disposição de cada um em discernir para depois quiçá concernir.

Em seu cerne tal operação é transitiva, pois nela algo passa e portanto se passa. Tal possibilidade de atravessamento rumo ao impossível deixa inclusive para trás o dois referido, separar e relacionar, para chegar ao três da linguagem. Essa ela ou esse elo enreda, porque relacionar implica o relatar, fomentar relatos e relatórios acerca das coisas e tais, os terceiros assim ao final jamais excluídos.

Para intentar um movimento na direção aí indicada resolvi trazer à baila uma ideia – a de dispositivo, este considerado em sua íntima conexão com as técnicas, as aparelhagens e os aparatos –, que depois de muito alardeada, grosso modo nas duas décadas ao redor do ano 2000, acabou sendo pouco a pouco esquecida. Exatamente por isso talvez venha a calhar nesse momento desafiador pelo qual nós, enquanto disposições naturais, passamos.

E já que se trata de relações, dentre as tantas ameaças que naquele junho de 2020 nos afligiam, e ainda afligem, agora porém, neste março de 2021, com a angústia intensificada em decorrência das mais de 300.000

mortes, separei duas, cuja evidente obviedade não atenua o perigo extremo que comportam. O principal motivo da escolha, no entanto, repousa no fato de ambas terem nos forçado a considerar e a se servir de dispositivos, aparatos e aparelhos, a dispor deles e se dispor a eles, isso em uma escala que, de tão medonha, meses atrás nos soaria como uma típica desmedida de alguma trama ficcional inverossímil.

O vetor da primeira delas é não só invisível mas ainda, segundo a opinião de muitos biólogos, invivível. Pois o coronavírus, para esses, não merece constar do catálogo oficial das manifestações de vida, muito embora esse vivo não-vivo mostre ser capaz de sensibilizar os corpos em que se hospeda a ponto de, no limite, levá-los à morte. Tornou-se malgrado seu um fenômeno midiático planetário.

A soma de invisibilidade e invivibilidade com a imprevisibilidade e a onipresença atreladas a esse excluído impertinente torna possível, além do mais, a tentação de projetar sobre ele pelo menos algumas nuances transcendentais. Ledo engano: ele está por todo lado, ainda e bem agora, vivendo do jeito mutável dele, para o espanto e o temor da maioria de nós, humanos, toscos embora inteligentes, presume-se.

459

Nada de castigo, de penas impostas por gloriosas entidades que nos regeriam desde confins e aléns. Apenas circunstâncias decorrentes da força inesgotável que sustenta a vida, atributo que se atualiza em cada uma de suas formas, independente das ordens de grandezas, bem como das espécies, gêneros, famílias, etc. Vida de todo modo mais e mais degradada ao longo dos últimos séculos, em decorrência do vício do lucro que domina as mentes dos humanos, inteligentes embora toscos, sabemos.

E como o conivente estilo Pôncio Pilatos de governança, em especial no âmbito das infraestruturas e dos interesses coletivos, em vários países e regiões do Ocidente foi de uns tempos para cá fortemente reativado – também para o desgosto de parte de nós mas para a intensa alegria das legiões dos diligentes empreendedores, de par com os impolutos homens de bem & bens –, diante desse quadro multifacetado coube aos profissionais da saúde pública formarem os batalhões da vanguarda engajada na “guerra”, unilateralmente declarada e portanto bem pouco guerreira, contra o tal pedacinho de RNA envolto em finíssima capa de gordura.

Embora não haja guerra alguma, o uso do significante pode ser até certo ponto justificado graças ao fato de que guerras implicam técnicas, que se em si não são armas fornecem todavia saberes e métodos para produzi-las em larga escala. Drogas, vacinas, respiradouros, testes, máscaras, pistolas-termômetro, alcoóis, hospitais de campanha ou não: a lista de dispositivos e aparelhos empregados nessa tentativa de eliminar o terrível “parasita”, ou ao menos discipliná-lo, é enorme. Resulta um cenário aparatoso, uma cenografia na qual diferentes aspectos da bio-política que há muito nos rege despontam de maneira flagrante.

A causa é nesse caso nobre. Imagino portanto que ao menos um punhado de peesselouros e neo-aliancistas não discorde disso. De qualquer maneira deve ser realçado que é por conta dela, e em nome da preservação de nossas vidas, que um número considerável de pessoas já há mais de um ano optou por modificar radicalmente seus costumes e práticas corriqueiras. Abolimos nossa poética dos toques recíprocos, deixamos de confraternizar, ou o fazemos só à distância. Alteramos rotinas de atividades de lazer, prazer e labor. Enfim, aceitamos abrir mão de parte de muito daquilo que antes colocávamos no rol de nossas liberdades fundamentais, ao menos por um intervalo cujo prolongamento nos perturba e debilita, com a esperança de que possamos adiante retomá-las, ou talvez reformulá-las com base nessas experiências recém adquiridas e em grande medida compartilhadas.

Precisamente nesse longo período de resguardo coletivo, quando emergem diversas alternativas comunitárias visando manter do melhor modo possível a frágil imunidade proporcionada pelo isolamento, é que a segunda daquelas ameaças se instalou e, pior, teima em permanecer nos assolando. Traz consigo, amplificando-o, o antiquado cabedal em que pululam arroubos e atitudes oficiais cujo objetivo maior é o de impor cerceamentos, isso em nome de uma *oikonomia* uniforme, abençoada e por conseguinte ainda mais delirante. Em tal ambiente putrefeito as liberdades – sem as quais as democracias, no plural dos dissensos que deveriam constituir seu único consenso, vão a pique – jamais chegarão a ser plenamente praticadas, uma vez que tendem a ser reduzidas ao simples empreendimento, ou melhor, desprendimento, de entrega: afinal, na pauta cotidiana da democracia brasileira, tal como atualmente exercida sobretudo

em âmbito federal, predominam *delivery orders*. Tomando emprestadas, com a devida *data venia*, as espertas palavras de um de seus representantes mais hipócritas, esse intervalo de reclusão tornou-se ideal para fazer “passar de baciada” projetos e decisões acertados no conforto de gabinetes cujas portas são de praxe cerradas e guardadas com zelo, pois inclusive o exercício político vai sendo mais e mais privatizado.

Resultam políticas que operam nos moldes da imunização, pelos quais parcelas de comunidades específicas são consideradas impróprias por aqueles que se dão ao luxo de se colocarem fora do comum, considerando a si próprios seres de exceção que atuam e devem atuar direta e explicitamente sobre aquelas, visando eliminá-las, quando menos isolá-las, cassá-las dos convívios. Se no caso da comunidade, conforme Roberto Esposito, o que “prevalece en el *munus* es [...] la reciprocidad, o ‘mutualidad’ (*munus-mutuus*), del dar que determina entre el uno y el otro un compromiso, y [...] un juramento, común...” (ESPOSITO, 2003, pp. 28-29), a imunidade hoje predominante, por sua vez, constitui uma

461

excepción a una regla que [...] siguen todos los demás [...]. [...] la inmunidad es una condición de particularidad: ya se refiera a un individuo o a un colectivo, siempre es “propia”, en el sentido específico de “perteneciente a alguien” y, por ende, de “no común”. (ESPOSITO, 2005, p. 15)

O que porventura ressalta de mais irônico nesse círculo vicioso e viciado cujos limites tendem a abarcar-nos à revelia nossa resulta do fato de que o conceito de imunidade, se compreendido para além do âmbito restrito do convívio social – no qual ele entretém uma relação dual, de oposição simples, com seu par comunitário –, é estilhaçado quando as atenções se voltam para o sistema de imunização biológico. Isso porque entra em cena o fenômeno da ‘tolerância’. Com efeito, como argumenta o autor,

la tolerancia bajo ningún concepto es una no-inmunidad, una suerte de inmunodeficiencia virtuosa; si acaso, se trata de una inmunidad al revés: lo que invierte sus efectos aún dentro del mismo léxico. Pero si es así, si la tolerancia es un producto del propio sistema inmunitario mismo, ello quiere decir que este último, lejos de ser un repertorio unívoco de rechazo de lo otro-de-sí, lo incluye

en su interior no sólo como su motor, sino también como un efecto suyo. (ESPOSITO, 2005, p. 238)

Aqui, sim, corremos o risco de sermos vítimas de uma infecção decorrente de uma obsessão destrutiva. Trata-se de um entroncamento entre um necro-poder e uma necro-política pelo qual, conforme expõe Achille Mbembe, “as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar ‘mundos de morte’” (2018, p. 71).

Talvez seja por isso que... tomara um dia possamos vir a saber. Mas mais urgente é reiterar, aqui, agora e sempre, que se frente à ameaça da pandemia nos dispusemos a aceitar privações, isso de modo algum significa que tenhamos renunciado a um naco sequer da liberdade que nos é inerente.

Ao falarmos do vírus buscamos contornar sua parca materialidade. Quando menos alertamos para os sintomas que produz, já que é bem mais difícil falar dos sintomas por ele implicados. Afinal, enquanto outro incontornável coroadado de real, ele aterra a realidade. Quanto à liberdade, sem a qual a possibilidade de que haja outros seria aniquilada, no mínimo hierarquizada segundo os figurinos colonial, eclesiástico, colegial ou militar, uma das soluções para condená-la, outra vez unilateralmente, e pior, arrogando-se o direito de falar em nome dela, passa pela demonização dos exageros e abusos a que suposta e fantasiosamente dá lugar. Má narrativa, ressalte-se, dada a redundância dos motivos e a pobreza dos enredos.

Daí o ataque constante contra ela, liberdade, alardeado por outras redes aparatosas de aparelhos, privilegiar duas frentes: a institucional, via a imposição de dispositivos de exceção contra regulações democráticas a duras penas alcançadas, e aquela, divulgada através de dispositivos midiáticos não raro infestados de falsidades e violências, por enquanto sobretudo verbais, contra modos singulares de ser e estar. Relativos, em especial, ao uso de nossos corpos, pensares e pesares, objetivando seja controlar, seja exterminar, todos que não se comportem segundo as normas estritas do conservadorismo religioso e do reacionarismo vulgar da extrema direita, isso sem falar das pregações e dos pregões neoliberais com suas vias de mão única rumo à inevitável debacle.

As ameaças, neste caso, atentam contra as diferenças, as alteridades, as opções, as orientações. Não à toa constarem entre os campos mais detratados justo aqueles que propagam questões e refutam consensos, como fazem as artes, as humanidades, as ciências, enfim, setores nos quais o pensamento troca o falso conforto da inércia aquiescente, e midiática, pelo desassossego da dúvida e pela angústia do provisório. Do projeto, enfim, pensado tanto a partir das reflexões de Georges Bataille quanto das de Boris Groys.

Quanto ao primeiro, em *A experiência interior*, por exemplo, recusa a ideia salvífica comumente relacionada ao projeto, caso tomado enquanto antevisão do e compromisso com o resultado, isto é, como ação planejada e acertada, para salientar seu caráter experimental:

... a experiência interior é projeto, queiramos ou não. Ela o é já que o homem também o é inteiramente através da linguagem, que, por essência, exceção feita à sua perversão poética, é projeto. Mas o projeto deixa de ser neste caso aquele, positivo, da salvação e torna-se aquele, negativo, de abolir o poder das palavras, logo, do projeto. (BATAILLE, 2016, p. 55, itálicos do original)

463

Boris Groys, por seu turno, acentua a propriedade intrínseca do projeto de projetar futuros, o que lhe permite colocar em xeque, surpreendendo-o, o presente no qual ele emerge:

Si todos saben desde su surgimiento cual será el desarrollo del proyecto y cuál será su resultado, entonces el futuro ya no toma la forma de una sorpresa. Y con eso, el proyecto pierde su propósito inherente, ya que la perspectiva del autor del proyecto se presenta como algo que tiene que ser superado, abolido o al menos alterado. Es por eso que el autor o la autora del proyecto no necesita justificarlo ante el presente, sino que al contrario es el presente el que debe justificarse a si mismo, ante el futuro que ha sido anunciado en el proyecto. (2014, p. 75)

Quanto a nós, voluntariamente isolados, somos também obrigados a nos servir de tecnologias e aparelhos, isto é, de dispositivos, para mesmo à distância trocarmos os toques mútuos que ainda nos restam. É distantemente presentes ou presentemente distantes que nos dedicamos a um contágio remoto, imagético, porventura imaginário. Estamos a maior parte do nosso

tempo de vigília, como decerto nunca antes estivemos, lidando com aparelhos que passaram, de chofre, a mediar novas maneiras e modalidades de contatos, e envolvidos por todo um conjunto de aparatos antes menos determinantes e determinados em nossos agora memoráveis corpos-a-corpos diários. Detrás deles pulsam, incômodas, várias indagações. Repito aquela que aqui me preocupa: até que ponto dispomos deles para nos colocarmos uns à disposição dos demais, ou, invertendo, até que ponto estamos à sua disposição, a eles adequados?

Nos debates acerca da ideia de dispositivo e suas derivações um pensador ocupa posição privilegiada: Michel Foucault. Isso dado o destaque por ele conferido, em vários de seus escritos, às relações dinâmicas estabelecidas entre as esferas do poder e do saber no intuito de conter, controlar e disciplinar indivíduos e segmentos sociais específicos. Trata-se, aliás, de um prosseguimento, no território dos estados metropolitanos, das nefastas políticas coloniais que, atravessando a modernidade, persistem fortemente atuantes neste século XXI, não raro de modo pouco disfarçado, embora atualizadas. Dada a impossibilidade de acompanhar as muitas nuances que foram ao longo dos anos balizando as discussões em torno de tal ideia, nos parágrafos subsequentes irei me restringir às intervenções, mais ou menos baseadas em aportes introduzidos por Foucault, propostas por dois filósofos cujo grau de excelência está fora de questão: Gilles Deleuze e Giorgio Agamben.

464

Em “O que é um dispositivo?”, conferência pronunciada por ocasião de um congresso em homenagem a Foucault, em 1988 (e publicada no ano seguinte), Deleuze enfatizou o caráter dinâmico subjacente à noção foucaultiana de dispositivo. Tal gesto lhe permitiu chamar a atenção para sua inegável relevância no que diz respeito ao desenvolvimento de uma futura “filosofia dos dispositivos”:

Os dispositivos [...] têm por componentes linhas de visibilidade, de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de rachadura, de fissura, de fratura, todas as quais se entrecruzam e se emaranham, umas que dão mais uma vez noutras, ou que suscitam outras, através das variações ou mesmo mutações de agenciamento. Disso decorrem duas consequências

importantes para uma filosofia dos dispositivos. A primeira é o repúdio dos universais. O universal, com efeito, nada explica, é ele que deve ser explicado. Todas as linhas são linhas de variação, que nem mesmo têm coordenadas constantes. O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto, o sujeito, não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação, imanentes a este ou aquele dispositivo. Assim, cada dispositivo é uma multiplicidade, na qual operam certos processos em devir, distintos daqueles que operam num outro. [...]

A segunda consequência de uma filosofia dos dispositivos é uma mudança de orientação, que se desvia do Eterno para apreender o novo. O novo não deve designar a moda, mas, ao contrário, a criatividade variável segundo os dispositivos, em conformidade com a questão que começara a nascer no século XX: como é possível a produção de algo novo no mundo? [...]

Pertencemos a [...] dispositivos e agimos neles. A novidade de um dispositivo relativamente aos anteriores, chamamo-la sua atualidade, nossa atualidade. O novo é o atual. O atual não é o que somos, mas antes o que devimos, o que estamos em via de devir, ou seja, o Outro, nosso devir-outro. Em todo dispositivo é preciso distinguir o que somos (o que já nem somos mais) e o que estamos em via de devir: *a parte da história e a parte do atual*. A história é o arquivo, o desenho do que somos e deixamos de ser, ao passo que o atual é o esboço do que devimos. De modo que a história ou o arquivo é o que ainda nos separa de nós mesmos, ao passo que o atual é esse Outro com o qual já coincidimos. (DELEUZE, 2016, pp. 363-364, 365 e 366, itálicos do original)

Giorgio Agamben, por seu turno, também em conferência proferida anos depois, em 2005, na Universidade Federal de Santa Catarina, retoma o título do ensaio de Deleuze, “O que é um dispositivo?”, mencionando-o assim de modo indireto, note-se. No texto revisto e divulgado em 2006, após acompanhar por alguns parágrafos proposições originais de Foucault, complementadas por um desvio que lhe permitiu introduzir, em sua genealogia do conceito, contribuições pertinentes de Jean Hyppolite, em cujos escritos Foucault “teria encontrado” o termo dispositivo, Agamben subitamente abandona ambos os interlocutores para em resumidas contas apresentar a concepção particular com a qual o define:

[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e

assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. (AGAMBEN, 2014, p. 39)

Delimitado este universal, o esquema proposto pelo autor para pensar a sociedade, mormente moderna, opera com base em duas classes polares: de um lado os dispositivos, de outro os seres viventes, e por fim, premidos entre elas, os “sujeitos”, isto é, “o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre os viventes e os dispositivos”. A partir daí o cenário por ele montado prima pela catástrofe, posto que “dir-se-ia que hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo”. Vida individual em cuja “raiz [...] está [...] um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo, numa esfera separada, constituem a potência específica do dispositivo” (AGAMBEN, 2014, p. 39).

466

O autor irá no entanto identificar uma singular possibilidade de escape desta situação constrangedora: a profanação dos dispositivos, o profanar constituindo deste modo encantador “o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido”. Nesse momento do texto começa a ficar claro porque Agamben, alguns parágrafos antes, taxara de ingênuos todos aqueles que defendem a tese de ser possível, no que tange aos dispositivos, “usá-los de modo correto”. A tolice faz que estes assumam inclusive o papel de inocentes úteis para a manutenção do *status quo*, uma vez que nem mesmo atentariam para o fato de já terem passado pelo processo de dessubjetivação imposto pelo “dispositivo midiático no qual estão capturados” (AGAMBEN, 2014, pp. 45, 41 e 48). Vale indagar: de uma vez por todas?

Também a partir desse momento é possível verificar no ensaio a ocorrência, estratégica, de um processo de deslocamento ao longo do qual a ideia de dispositivo vai sendo mais e mais restrita, até culminar na sua identificação com o maquínico, por sua vez responsável pela produção dos insumos governamentais: “[o] dispositivo é, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo”. Essa máquina, cuja operação tornaria os processos de subjetivação similares aos de dessubjetivação, impediria a “recomposição de

um novo sujeito, a não ser de forma larvar e, por assim dizer, espectral”. Nesse ponto deparamos a verdade: “Na não-verdade do sujeito não há mais de modo algum a sua verdade” (AGAMBEN, 2014, pp. 47 e 48).

Fosse o ensaio relativo ao distópico *1984*, de George Orwell, ou ao nada *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, sua pertinência estaria em larga medida garantida. Como não é, levando em conta a assunção positivista, universalizante e genérica de totalidades tais como “uso comum”, “qualquer coisa”, “de algum modo”, “verdade”, “não-verdade”, entre outras; o flagrante binarismo da oposição entre dispositivos e “seres viventes” que conflui na síntese dita “sujeito”; e, ainda, a própria maquinização, ou melhor, a maquinação dos dispositivos, privados que são das relações altamente complexas, plurais e intempestivas sobre as quais Foucault insiste e Deleuze reforça; levando-se em conta fatores como tais torna-se bastante provável que os estudiosos de Henri Hubert e Marcel Mauss, de relance citados, e sobretudo os de Georges Bataille, outro ali indigno de nota, caso tenham lido o ensaio de Agamben possivelmente se sentiram um tanto quanto incomodados.

467

No mínimo com a proposta de restituir a um “uso comum” o objeto maior do sacrifício, ou seja, a vida extraída junto às vísceras dos sacrificados. Os teóricos da imagem, por sua vez, devem ficar de cabelos em pé ao constatarem a desconstrução de sinal trocado cometida por Agamben em defesa de sua noção de profanação, aliás, convenhamos, bastante modernista dado seu evidente maniqueísmo. Não deve ser nesse contexto esquecido que a personagem joyceana de Leopold Bloom, tomado pelo Tiqqun – coletivo cujos escritos foram objeto da atenção do filósofo (“A propósito de Tiqqun”, por exemplo, é o título do posfácio assinado por Agamben incorporado a *Contribuição para a guerra em curso*, publicado na França em 2009 e que teve sua tradução lançada no Brasil em 2019) – como emblema do anti-heroísmo moderno (ou do heroísmo que nos cabe, desde o Baudelaire de Walter Benjamin), oscila de maneira ostensiva entre os polos da obediência e da desobediência, esta mais ou menos explícita porém sempre coberta por uma densa névoa de hipocrisia.

Afinal, em tradução minha, enquanto “último homem, homem da rua, homem das multidões, homem massa”, ele nos foi apresentado

como o triste produto do tempo das multidões, como o filho catastrófico da era industrial e do fim de todos os encantamentos. Mas nessas designações há também um estremecimento, a gente treme diante do *infinito mistério do homem ordinário*. Cada um de nós presente detrás do teatro de suas qualidades *uma potência pura* ali abrigada; uma potência pura que todos fomos forçados a ignorar.

Resta a necessária inquietude que acreditamos apaziguar exigindo uns dos outros uma rigorosa ausência de si, a ignorância com relação a esta potência *comum* todavia inqualificável, posto que anônima. O Bloom é o nome deste anonimato. (TIQQUN, 2009, pp. 16-17, itálicos do original)

Quanto às reflexões sobre o heroísmo desencantado e cínico característico da modernidade, fundamentadas numa fina análise da poética de Baudelaire, é recomendável aos interessados um passeio pela “Paris do Segundo Império na obra de Baudelaire”, de Walter Benjamin, em especial da terceira parte deste ensaio seminal.

468

Sendo Agamben um excelente estudioso da história, e um crítico brilhante no que concerne à literatura e outras artes, surpreende o modo como nesse ensaio a historicidade dos dispositivos é posta entre parênteses. As postulações do autor passam, ademais, ao largo dos dispositivos arquivísticos, em larga medida graças ao fato de ele ter obliterado, no decorrer de sua reflexão, o caráter relacional que lhes é peculiar. A exemplo da aranha do poema de João Cabral transcrito na abertura desse ensaio – que não se esconde na teia tecida para enredar outros animais e que nela e com ela traça um novo capítulo de sua vasta biografia, isso antes de logo em seguida abandoná-la –, os dispositivos compõem e dispõem histórias, produzem porvires e devires. Foucault e Derrida, por exemplo, ao lado de Deleuze, que o digam para os interessados em enveredar pelo tema.

Embora não empregue precisamente o termo, Agamben acusa o idealismo dos diversos estudiosos que sustentam a posição de que é possível atuar não apenas com ou segundo os dispositivos, mas também contra eles. É requerido, para tanto, um esforço com vistas a alterar, quiçá subverter, as regras com as quais eles comandam, ou pretendem comandar, as ações dos usuários, para assim cerceá-los e controlá-los. Para estes idealistas, a exploração dos limites operacionais dos próprios dispositivos permitiria

encontrar, mediante intervenções insuspeitas, caminhos que levariam a usos imprevisos em sua programação inicial.

A exemplo do que fiz nos parágrafos precedentes, mais uma vez irei me concentrar em unicamente dois autores que refletiram sobre tais possibilidades: Jean-Louis Déotte, em cujas reflexões relações entre aparatos e dispositivos são objeto de investigação, e Vilém Flusser, que se concentra sobretudo nos aparelhos.

Antes de iniciar tal percurso é importante ter em mente que em português, francês e espanhol o campo semântico de ‘aparelho’ e ‘apareil’, ‘appareil’ e ‘apparat’, ‘aparelho’ e ‘aparejo’, respectivamente, é em boa medida coincidente (em especial para designar uma organização ou um conjunto de peças aplicados para intervir diretamente na natureza, ou seja, instrumento, máquina, dispositivo, artefato; ou, ainda, como conjunto de órgãos ou partes de órgãos que cumprem determinada função vital). Como será visto adiante, a acepção privilegiada por Jean-Louis Déotte para ‘appareil’ (‘cerimônia’, ‘festividade’, ‘ostentação’) é mais diretamente ligada, nas três línguas citadas, ao termo ‘apparat’, ‘aparelho’.

469

Feita essa primeira observação, convém agora retomar uma das passagens decisivas do ensaio de Agamben, que a partir de um exercício de genealogia teológica articula a *oikonomia* do antigo cristianismo à sua tradução medieval, *dispositio*, termo do qual “deriva o nosso [...] ‘dispositivo’”. Esse breve excursus auxilia a entender sua insistência em pensar o dispositivo como uma máquina de governo, cuja soberania decorre do fato de que o termo “nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser” (AGAMBEN, 2014, pp. 36 e 37).

À ideia dessa máquina proteica e indivisa vale a pena objetar uma rápida observação de Derrida, para quem a “economía es una división distributiva no solo a causa del *oikos* cuya ley ella es, sino porque la ley (*nomos*, *nemein*) significa también la división” (DERRIDA, 2010, p. 342, itálicos do original). Pouco adiante, na mesma página, Derrida acrescenta:

Porque de hecho, como bien sabemos, [...] en todas partes donde creemos hacer frente a problemas de soberanía, como si tuviésemos que elegir entre el soberanismo y el

anti-soberanismo, [...] la cuestión no es la de la soberanía o de la no-soberanía sino la de las modalidades de traspaso y de la división de la soberanía así llamada indivisible – llamada y supuestamente indivisible, pero que siempre es divisible.

Querelas à parte, embora atualizadas, o recurso à etimologia é também utilizado tanto por Déotte quanto por Flusser, isso no intuito de fundamentar alguns dos pontos de partida em que se apóiam para o desdobramentos de parte de seus argumentos. Ambos se amparam nas fontes latinas e como visto privilegiam a noção de aparato, no caso do primeiro, e de aparelho, no caso do segundo, que cada um à sua maneira retoma e leva adiante. Em *L'époque des appareils* (A época dos aparatos), publicado em 2004, anterior portanto à primeira edição italiana da versão agambeniana de “O que é um dispositivo?”, de 2006, Déotte correlaciona a ideia de dispositivo, mantida próxima das esferas da técnica e da economia política, com uma concepção de aparato desenvolvida a partir da combinação de fatores estéticos, históricos e cerimoniais:

470

El aparato deriva del latín *apparatus* (que deriva de *apparare*: preparar para), que significa *preparativo* y se encuentra en el sentido de *aparato*, *ceremonia*, *brillo*, *decorado*, luego secundariamente en *dispositivo*, *prótesis*, *instrumento*, *artefacto*, etc. El aparato debe respetar la ley de la recepción del acontecimiento, pues gracias a él van a embellecerse las apariencias, manifestar la solemnidad de un acontecimiento: es por ejemplo el aparato de un ritual de hospitalidad, la pompa de una ceremonia pública, la solemnidad de una fiesta, el conjunto de notas críticas que vienen a acompañar un texto mayor. (DÉOTTE, 2013, p. 101, itálicos do original)

Corpos e artes são deste modo pensados como resultantes de processos aparatosos, de aparelhamentos, em acordo com as diferentes épocas do aparato. Aptos para a construção de mundos compartilháveis, plurais, na perspectiva assim ressaltada os aparatos produzem relações entre viventes e leis, entendidas estas não apenas no sentido jurídico mas, senão sobretudo, no sentido combinatório, casual, dos eventos que deles emanam e por conseguinte envolvem e sensibilizam. Propulsores de acontecimentos, os aparatos operam a partir de lógicas divisionais, fraturantes, que ganham

por isso o poder de estabelecer marcos temporais (as diferentes “eras” ou “épocas”).

Ou seja, eles fazem história de uma maneira arquivística, correlativa e dinâmica. Através deles as coisas, aquelas mesmas que na “suíte cabralina” exigem ser notadas, fulguram e se distinguem, já que o “aparato es lo que da su aparato al aparecer, lo que olvidan las filosofías de la cosa ‘misma’. El aparato es lo que prepara el fenómeno a aparecer para ‘nosotros’ pues, sin aparato, no hay más que un flujo continuo y no dominado de colores informes” (DÉOTTE, 2013, p. 103).

Graças a esse caráter a um só tempo atual e virtual os aparatos tendem a constituir ao redor de si comunidades contingentes, efêmeras, e portanto passíveis de atualização, ao passo que os dispositivos, na medida em que se amparam em regimes de eficácias sejam políticas, sejam administrativas, sejam jurídicas, atuam como imunizantes a serviço de estratégias de poder. Estes encerram um programa, e ao realizá-lo se encerram. Discriminam e limitam, enquanto aqueles se abrem para o outro fenomênico, posto sua lei, inesgotável e avessa a usos imediatos, ser antes de tudo eventual e fragmentada. Os aparatos, enfim, remodulam contínua e precisamente os dispositivos que os acompanham, e ao reprogramá-los se reprogramam. Os aparatos são deste modo enobrecidos, já que o autor confere a eles de um lado a disponibilidade e a imprevisibilidade dos jogos e das artes, e, de outro, a capacidade de sobrepujar a sujeição característica dos dispositivos, em cuja órbita se mantêm posto deles se servirem, embora operando-os de maneira subversiva, quando menos potencialmente.

Vilém Flusser, por sua vez, a quem um dos capítulos de *A época dos aparatos* é dedicado, em sua *Filosofia da caixa preta* concentra sua reflexão especialmente nos aparelhos, o fotográfico em particular, atentando para os usos desviantes dos comandos e regras por eles impostas com o intuito deliberado de, caso os usuários reajam a elas, refutando-as ou remodelando-as, transtorná-los. Esta é a atitude cuja importância decisiva será ressaltada por Flusser, que em sua reconstrução etimológica vai além dos termos *apparatus* e *apparare*, preferindo apoiar-se nos verbos de que estes derivam, *adparare* e *praeparare*:

O primeiro indica prontidão para algo; o segundo disponibilidade em prol de algo. O primeiro verbo implica estar à espreita para saltar à espera de algo. Esse caráter de animal feroz prestes a lançar-se, implícito na raiz do termo, deve ser mantido ao tratar-se de aparelhos. (FLUSSER, 2011, pp. 37-38)

A metáfora da caça, da prontidão, paira sobre boa parte da exposição de Flusser, que qualifica a própria câmara fotográfica como “aparelho-fera”, uma vez que o fotógrafo, após selecionar sua presa, será ao menos a princípio obrigado a se limitar a “fotografar o fotografável”, ou seja, o que de antemão “está inscrito no aparelho”. Disso resulta que “o fotógrafo somente pode agir dentro das categorias programadas no aparelho”, pois sua “própria escolha [...] funciona em função do programa do aparelho” (FLUSSER, 2011, pp. 51 e 55). É importante assinalar que a atividade de fotografar, e também a de filmar, atualizam uma coreografia e um léxico empregados tradicionalmente para referir a caça praticada sobretudo com armas de fogo, cenografia da violência que de passagem tratei em outro lugar (CAPELA, 2012, pp. 65 a 70).

472

Em contraposição a essa subserviência forçada aos aparelhos o filósofo, como já observado, encontra no fotografar uma potência de sublevação com respeito às limitações impostas pelas programações neles embutidas. Tal potência subjaz ao conceito de gesto por ele proposto. Enquanto modo de atuação no mundo, o gesto, por exemplo o de pintar, “modifica a nossa experiência concreta, e modifica a experiência concreta de quem está [nele] engajado”. Os gestos exprimem “uma presença ativa no mundo”, que ao implicar em uma “busca de valores e de sentido” colaboram para “modificar o mundo dando-lhe significado” (FLUSSER, 2014, pp. 70, 19, 53 e 70 respectivamente). Proporcionam, algo fundamental, que experienciemos a liberdade, uma vez que

[s]er livre é ter significado, dar significado ao modificar o mundo para os outros. Em suma: ser livre é viver realmente. Liberdade não é função de escolha no sentido de: quanto maior o número de opções, tanto maior a liberdade. [...] Liberdade não é o oposto de determinação no sentido de, quanto menos condicionado, tanto mais livre. [...] Liberdade é modificar o mundo dando-lhe

significado. [...] Ser livre é sinônimo de ser realmente: ser para si e para os outros. (FLUSSER, 2014, p. 70)

Ultrapassando a prontidão que pode se restringir ao mero exercício de reproduzir o mesmo, ou seja, o previamente dado, o gesto, porquanto “disponibilidade em prol de algo”, acena para a disposição, expressa no caso pelo exercício de liberdade levado a efeito por fotógrafos, qualificados como “experimentais”, que se indispõem contra a programação a eles disposta pelos aparelhos fotográficos. Procuram, ao contrário, deles dispor segundo seus próprios desígnios. Conseguem assim, “conscientemente, obrigar o aparelho a produzir imagens informativas que não [estavam] em seu programa. Sabem que sua práxis é estratégia dirigida contra o aparelho” (FLUSSER, 2011, p. 107).

473

Nesta zona mal iluminada, onde demora a vontade de agir por um “algo” indefinido, que não necessariamente corresponde à ordem da necessidade, sendo por isso definido pelo autor como o próprio “absurdo”, é nessa zona que anseios, decisões e gestos de liberdade atingem o melhor de sua vigência. Para colocar de outro modo, como uma questão: esse trânsito, essa passagem da “prontidão para algo” à disponibilidade “em prol de algo”, que leva ao afastamento da submissão acrítica aos aparelhos, já não faria parte do próprio gesto crítico em relação a eles? Em Flusser, concluindo, a tensão polar joga entre cumprir o determinado (colocar-se à disposição de) e o abandonar-se ao indeterminado (dispor-se à imprevisibilidade), sem que um pólo subsuma o outro.

Para encerrar, uma última observação: os seres humanos, embora em muitas ocasiões repousem, de uma vez por todas repousam única e absurdamente apenas na morte. O atual desprezo por esta, atestado pela absoluta, ou quase, despreocupação com as simbólicas do nojo e do luto constitui uma terceira ameaça que nos ronda e afeta. Tão preocupante quanto as outras duas contra as quais me dispus aqui a indispor-me.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O amigo & O que é um dispositivo?*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2014.
- BATAILLE, Georges. *A experiência interior* (seguida de Método de meditação e *Postscriptum* 1953). Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CAPELA, Carlos E. S. e REALES, Liliana (organização). *Arquivos de passagens, paisagens*, Florianópolis: ed. UFSC, 2012.
- DELEUZE, Gilles. *Dois regimes de loucos* (Textos e entrevistas: 1975-1995). Tradução de Guilherme Ivo. São Paulo: ed. 34, 2016.
- DÉOTTE, Jean-Louis. *La época dos aparatos*. Tradução de Antonio Oviedo. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2013.
- DERRIDA, Jacques. *Seminário La bestia y el soberano* (Vol. I – 2001-2002). Tradução de Cristina de Peretti y Delmiro Rocha. Buenos Aires: Manantial, 2010.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta* (Ensaio para uma futura filosofia da fotografia). São Paulo: Annablume, 2011.
- 474 _____ . *Gestos*. São Paulo: Annablume, 2014.
- GROYS, Boris. *Volverse público* (Las transformaciones del arte en el ágora contemporánea). Tradução de Paola Cortes Rocca. Buenos Aires: Caja negra, 2014.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica* (Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte). Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1, 2018.
- MELO NETO, João Cabral. *Obra completa*. Organização de Marly de Oliveira e João Cabral de Melo Neto. 4ª impressão. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- TIQQUN. *Théorie du Blomm*. Paris: La Fabrique, 2000.
- _____ . *Contribuição para a guerra em curso*. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: n-1, 2019.

Resumo: Partindo de reflexões motivadas pela pandemia decorrente da disseminação dos coronavírus, que não só permanece desde 2020 mas neste março de 2021 recrudescer, o ensaio num primeiro momento discute, confrontando-as, concepções de Giorgio Agamben e de Gilles Deleuze acerca dos dispositivos. A seguir explora algumas das ideias de Jean-Louis Déotte sobre os aparatos e de Vilém Flusser sobre os aparelhos. Paira sobre o texto a sombra menos de um conceito que de uma atitude: a de disposição, significante cuja ambivalência indica uma oscilação entre a submissão e a rebelião.

Palavras-chave: dispositivo, aparato, aparelho, covid 19.

Abstract: Starting from reflections motivated by the pandemic resulting from the spread of coronaviruses, which not only remains since 2020 but in this March 2021 is growing, the essay at first discusses, confronting them, the conceptions of Giorgio Agamben and Gilles Deleuze about the devices. The following explores some ideas of Jean-Louis Déotte and Vilém Flusser on apparatus. The text is permeated by the shadow less of a concept than of an attitude: that of disposition, a signifier whose ambivalence indicates an oscillation between submission and rebellion.

Keywords: device, apparatus, covid 19.

Recebido em: 21/09/2020

Aceito em: 18/12/2020